

DOI: 10.30612/frh.v24i43.15968

POPULAÇÃO E OCUPAÇÃO DE ESCRAVOS, HOMENS LIVRES E LIBERTOS NO RECÔNCAVO DA GUANABARA, RIO DE JANEIRO, SÉCULOS XVIII E XIX

Population and occupation of slaves, free men and freedmen in the Recôncavo da Guanabara, Rio de Janeiro, 18th and 19th centuries

Población y ocupación de esclavos, libres y libertos en el Recôncavo da Guanabara, Rio de Janeiro, siglos XVIII y XIX

Moisés Peixoto Soares

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Docente Substituto no Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil

peixoto.moises2012@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8409-0271>

Recebido: 14/5/2022

Aprovado: 26/6/2022

Resumo

Este artigo apresenta as mudanças demográficas ocorridas em Jacutinga e Iguaçu, freguesias localizadas no Recôncavo da Guanabara, Rio de Janeiro, da virada do século XVIII às primeiras décadas do XIX. Mostra que tais mudanças se deram, também, em razão do achamento de metais nobres no interior do Brasil e, conseqüentemente, das estradas que foram abertas ligando o Rio à região, que passavam pelas duas localidades. Uma das transformações foi no perfil da população, já que houve incremento da entrada de estrangeiros, especialmente africanos e portugueses, o que, do intercuro sexual, originou-se uma sociedade mestiça, que se ocupou e, (sobre) viveu, mormente, da produção de alimentos.

Palavras-chave: População. Escravidão. Mestiçagem.

Abstract

This article presents the demographic changes that occurred in Jacutinga and Iguaçu, parishes located in the Recôncavo da Guanabara, Rio de Janeiro, from the turn of the 18th century to the first decades of the 19th. It shows that such changes took place, also, due to the finding of noble metals in the interior of Brazil and, consequently, the roads that were opened connecting Rio to the region, which passed through both locations. One of the transformations was in the profile of the population, as there was an increase in the entry of foreigners, especially Africans and Portuguese, which, from sexual intercourse, originated a mestizo society, which occupied itself and (on) lived, mainly, from the production of food.

Keywords: Population. Slavery. Mestizaje.

Resumen

Este artículo presenta los cambios demográficos que ocurrieron en Jacutinga e Iguaçu, parroquias ubicadas en el Recôncavo da Guanabara, Rio de Janeiro, desde finales del siglo XVIII hasta las primeras décadas del XIX. Muestra que tales cambios también se debieron al hallazgo de metales nobles en el interior de Brasil y, en consecuencia, a las carreteras que se abrieron conectando Rio con la región, que pasaban por ambas localidades. Una de las transformaciones fue en el perfil de la población, ya que hubo un aumento en la entrada de extranjeros, especialmente africanos y portugueses, que, a partir de las relaciones sexuales, se originó una sociedad mestiza, que se ocupaba y vivía, principalmente, de la producción de alimentos.

Palabras clave: Población. Esclavitud. Mestizaje.

Iguaçu e Jacutinga eram freguesias localizadas no Recôncavo da Guanabara, no que hoje é parte da região conhecida como Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro (DEMÉTRIO, 2008; BEZERRA, 2010; RODRIGUES, 2013; SOUZA, 2014; PEIXOTO, 2015). Não há precisão sobre a data de fundação da freguesia de Jacutinga, os habitantes antigos relataram a Monsenhor Pizarro que tinha sido anterior ao ano de 1657, ou seja, era uma das mais antigas do Rio de Janeiro. Ao passo que Iguaçu foi criada por alvará régio de 27 janeiro de 1755 (ARAÚJO, 1820).

Nos séculos XVII e XVIII, as duas freguesias tinham a cana de açúcar, a mão de obra indígena e a rede hidrográfica, respectivamente, como principal produção, mão de obra e via de escoamento para o porto do Rio de Janeiro (SAMPAIO, 1994). Ainda no século XVIII, com o luzir do ouro no interior do Brasil e a consequente abertura de estradas ligando o Rio à região das minas (MARTINS-FILHO, 1965), houve grande crescimento demográfico e econômico para a cidade do Rio de Janeiro e as freguesias de seu entorno, já que o “caminho novo”, como era chamado uma destas vias, segundo Antonil, cortava quatro freguesias do recôncavo: Irajá, Jacutinga, Iguaçu e Pilar (ANTONIL, 1982).

Não se pode atribuir apenas à abertura do “caminho novo”, contudo, o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro e mesmo do seu recôncavo, já que desde o fim do século XVI, em razão da União Ibérica e a consequente possibilidade de alcance comercial com a região do Rio da Prata – devido ao tráfico de escravos a partir do Rio de Janeiro – a cidade fazia parte do que Luís Filipe de Alencastro chamou de “triângulo negreiro”, que era o comércio de escravos entre Luanda, Rio de Janeiro e Buenos Aires (ALENCASTRO, 2000). Mas é inegável que a atividade mineradora em Minas Gerais contribuiu para o maior desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro e seu recôncavo. Conforme Denise Demétrio, apesar de não ser o responsável direto pela criação destas freguesias, o “caminho novo” para as Minas Gerais impactou seus desenvolvimentos (DEMÉTRIO, 2014). Tanto que a partir da segunda década do século XVIII, o porto carioca tornou-se o principal recebedor e abastecedor das Minas Gerais (RIBEIRO, 2007) e, de um núcleo urbano e sem importância demográfica, a cidade se transformou na maior recebedora dos lucros do comércio com tal região (ZAMELLA, 1990).

Na esteira dessas transformações, a população do Rio de Janeiro saltou de 12 mil habitantes, em 1700, para aproximadamente 170 mil em 1789 (FLORENTINO; GÓES, 1997). O número de desembarques de escravos também se elevou. Se em 1732 entraram 5.879 (CAVALCANTE, 2005), em 1790 o número era de 8.320 (FLORENTINO, 1995); enquanto entre 1790

e 1808 tal cifra chegou à casa de 9.224 escravos por ano. Já entre 1809 e 1811 passou de 13.171 para 23.230 escravos ao ano (FLORENTINO; GÓES, 1997). E o Recôncavo da Guanabara sentiu tais transformações. Segundo Sílvia Hunold Lara, na virada do XVIII para o XIX, o segundo maior contingente de escravos da capitania do Rio de Janeiro estava no recôncavo, atrás da própria cidade e à frente da região de Campos dos Goytacazes, zona açucareira (LARA, 1988).

No século XIX, não obstante a importância dos caminhos em direção às Minas Gerais e os contatos comerciais que permaneceram ocorrendo, a emergência do café na região do Vale do Paraíba possibilitou às freguesias de Iguaçu e Jacutinga grande desenvolvimento econômico, devido à utilização de outro caminho que havia sido aberto, o caminho do Tinguá (1811), que em 1822 fora pavimentado e denominado de Estrada do Comércio. Destarte, o porto de Iguaçu tornou-se escoador do café que descia do Vale do Paraíba e, conseqüentemente, local de parada obrigatória de tropeiros, comerciantes, viajantes etc. Isto contribuiu para o aumento da população livre e escrava, inclusive das freguesias vizinhas, e impulsionou uma intensa dinâmica econômica e cultural.

Freguesias	1779/89					1821				
	Livres	%	Cativos	%	Total	Livre	%	Cativos	%	Total
Marapicu	902	49,5	919	50,5	1821	1708	40,6	2494	50,4	4202
Jacutinga	1404	39,6	2138	60,4	3542	1274	34,4	2426	65,6	3700
Meriti	638	39,5	978	60,5	1616	696	30,7	1568	69,3	2264
Iguaçu	963	44,0	1219	56,0	2182	1914	46,0	2253	54,0	4167
Pilar	2027	52,0	1868	48,0	3895	1958	44,8	2414	55,2	4372
Total	5932	45,4	7122	54,6	13054	7550	40,3	11 155	59,7	18 705

Quadro 1: População das freguesias ao fundo da Baía da Guanabara
Fonte: PEIXOTO, 2015, p.35.

Conforme se vê no quadro 1, no primeiro período (1779-1789), Jacutinga possuía a segunda maior população livre, e Iguaçu a quarta. Do total de fregueses livres, 5.932, 1.404 (23,7%) e 963 (16,2%) habitavam em Jacutinga e Iguaçu, respectivamente. No segundo período (1821), do computo de 7.550 homens livres, 1274 (16,9%) viviam em Jacutinga e 1.914 (25,3%) viviam em Iguaçu, ou seja, do conjunto das freguesias do Recôncavo da Guanabara, Jacutinga tinha a quarta população livre, e Iguaçu a segunda. No que diz respeito à população escrava, no primeiro período (1789), Jacutinga tinha a maior população escrava das freguesias citadas, e Iguaçu a terceira. Em 1821, Jacutinga e Iguaçu representavam a segunda e quarta, respectivamente.

Em números absolutos, de um período ao outro, a população de Iguaçu cresceu 91 %, enquanto a de Jacutinga cresceu 4,5%. Isoladamente, a população escrava de Iguaçu cresceu 84,8% e a de Jacutinga 13,5%. No último quartel do século XVIII, por exemplo, nunca menos de 48% da população das cercanias da baía da Guanabara era formada por escravos. É importante destacar que nestes altos percentuais a posse de escravos não era concentrada, já que predominavam pequenas e médias escravarias. Isto é possível perceber através da lista nominativa de habitantes das duas freguesias do ano de 1797. Provavelmente ela não dê conta da totalidade dos cativos, posto que muitos senhores ocultavam a quantidade real de escravos que possuíam por questões fiscais, como salientara Monsenhor Pizarro. Mesmo assim, acredito que as médias de cativos dela extraídas revelem a estrutura de posse das duas freguesias. Vejamos:

Jacutinga	nº	Iguaçu	nº
Fogos (casas)	294	Fogos (casas)	273
Quantidade de escravos	1.772	Quantidade de escravos	1.123
Média por propriedade	6,0	Média por propriedade	4,0

Quadro 2: Fogos, quantidade e média de escravos (Iguaçu e Jacutinga, 1797)
Fonte: AHU - Lista nominativa do distrito de Guaratiba, 1797, cx. 163, Doc. 12203.

Pois bem, conforme o quadro 2, os senhores de escravos de Iguaçu tinham em média quatro escravos e Jacutinga seis. Em outra pesquisa, de acordo com 125 testamentos de senhores das mesmas localidades, encontrei uma média de 5,2 escravos por senhor em Iguaçu e 10,6 em Jacutinga (PEIXOTO, 2015). Assim, para dirimir possíveis dúvidas, comparei tais médias com os senhores-proprietários que levaram seus cativos ao batismo nas duas freguesias. Atentei para a quantidade de batizando e se pai e mãe eram escravos do mesmo senhor.¹

Tamanho das escravarias	Número de senhores					
	Iguaçu (1793-1813)		Jacutinga (1790-1807)		Ambas as freguesias	
	#	%	#	%	#	%
1 - 4	169	68,5	126	59,7	295	64,4
5 -10	50	20,2	47	22,3	97	21,2
11 -19	20	8,1	24	11,4	44	9,6
20 ou +	08	3,2	14	6,6	22	4,8
Total	247	100,0	211	100,0	458	100,0

Quadro 3: Tamanho das escravarias de acordo com os livros de batismos (Iguaçu e Jacutinga, 1796-1813, 1790-1807).
Fonte: ACDNI-Livros de batismo de escravos de Piedade de Iguaçu e Jacutinga, 1796-1807 (PEIXOTO, 2015).

Isto posto, conforme o quadro 3, foi possível asseverar que predominaram em Jacutinga e Iguaçu senhores com “pequenas e médias escravarias”, ressalta-se que muitos deles eram

¹ Quanto à construção do quadro 3, os critérios para tamanho das escravarias foram os seguintes: senhores com até quatro escravos foram reunidos no que chamamos de “pequenas escravarias”, de cinco a 10 escravos, de “médias escravarias”, e de 11 a 20, de “grandes escravarias”. Utilizei a metodologia empregada por Roberto Guedes. Ver: Guedes (2005, p. 215).

egressos do cativo. A título de exemplos citamos a preta-forra Domingas Cabral de Melo, Gentia da Guiné, em cujo testamento, aberto em 14 de julho de 1782, constava a posse de três escravos: José Rebolo, Maria Benguela e “seu filho” (ACDNI-LOPI). Assim como Luiz Cabral, preto forro, natural de Jacutinga, que na abertura de seu testamento era possuidor de três escravos: Mateus, Antônio e Maria (ACDNI-LOPI, 1777-1799). Nas palavras de Manolo Florentino, “estavam comprometidos até o pescoço com a reprodução daquela sociedade” (FLORENTINO, 2005).

Há que se frisar, ademais, como já havia salientado João Fragoso para todo o Rio de Janeiro (FRAGOSO, 2010), nas duas localidades a posse escrava era difundida por todo o tecido social; posto que 78% dos fogos de Iguaçu e 64% de Jacutinga possuíam escravos (AHU-LNHG, 1797). Ou seja, os habitantes estavam totalmente envolvidos com o tráfico de escravos ou com a reprodução endógena de seus escravos.

Além do recenseamento feito para uso do vice-rei Luiz de Vasconcelos, conforme apresentado no quadro 1, um outro censo foi feito por ocasião da visita do padre secular Monsenhor de Pizarro Araújo pelo Recôncavo da Guanabara, na última década do século XVIII, a fim de verificar as condições das capelas, igrejas, irmandades e reconhecer e zelar pela vida religiosa dos fiéis (ARAÚJO, 2008).

Piedade de Iguaçu			Santo Antônio de Jacutinga		
Ano	Fogos (casas)	População	Ano	Fogos	População
1793			1792	333	2.015
1794			1793	349	2.235
1794			1794	343	2.937
1795	320	2.085			

Quadro 4: População de Iguaçu e Jacutinga, segundo Monsenhor Pizarro, 1792-1795.
Fonte: ARAÚJO, 2008.²

Ao compararmos os números apresentados por Pizarro com o do vice-rei Luiz de Vasconcelos para o ano de 1789, percebe-se que, realmente, as duas freguesias estavam em crescimento, pois mesmo só incluindo as almas obrigadas ao preceito, os números se aproximam (quadros 1 e 4). Além do crescimento destas freguesias, o padre visitador ressaltou que muitos homens solteiros, por medo do alistamento, se escondiam (ARAÚJO, 2008).

Na lista de 1797, Jacutinga consta ter 294 fogos e Iguaçu 273. Teriam decrescido demograficamente, após dois anos da passagem do religioso por aquelas paragens? Talvez, como nos alertou o próprio Pizarro, tais números não condizem com a realidade das duas freguesias, que por algum motivo que nos foge no momento – quem sabe pelo que o padre sugeriu –, a lista

² Quadro adaptado (BRAGA, 2015, p. 38).

não contemple toda a população. Como estas listas eram feitas para fins fiscais e militares, é possível que parcela considerável da população fosse ocultada pelos senhores. Por exemplo, Manoel Inácio de Faria, morador do Babi, Jacutinga, na lista de 1797 consta ter 24 escravos, entre adultos e menores; mas quando cruzada a lista com os cativos levados ao batismo pelo mesmo senhor, entre 1790 e 1807, ele aparece como proprietário de 41 escravos batizados. Seja como for, constata-se que o crescimento da população, tanto livre como escrava, fora considerável entre a virada do século XVIII e a década de 1820 do século XIX. Como veremos a seguir, no caso da população escrava, parcela considerável era de procedência africana.

Alguns números da escravidão africana nas duas freguesias: do fim do XVIII às três primeiras décadas do XIX

Para reconhecer a população escrava de Iguaçu e Jacutinga, especialmente os africanos, recorri aos livros de batismos de escravos. Para isso, utilizo os livros que cobrem os seguintes períodos e locais: 1790-1807 e 1807-1827 para Jacutinga, e 1796-1813 para Iguaçu.

Dividi o período em quinquênios. Antes de prosseguirmos, porém, devo ressaltar que para Iguaçu, até onde sei, não há livro que cubra todo o lapso temporal. Deste modo, fica difícil mensurar a real presença de africanos a partir de 1813, tendo em vista que a partir deste ano houve incremento de escravos adultos para Jacutinga, quiçá também tenha havido para Iguaçu, mas não encontramos fontes seriais, especialmente livros de batismo, que afirmem tais deduções. Para amenizar a ausência de livro de batismo referente ao período em questão, buscamos os testamentos junto ao livro de óbito de Piedade de Iguaçu. E, por mais que não se comparem aos batismos, através deles foi possível atestar, também em Iguaçu, a presença africana depois de 1813.

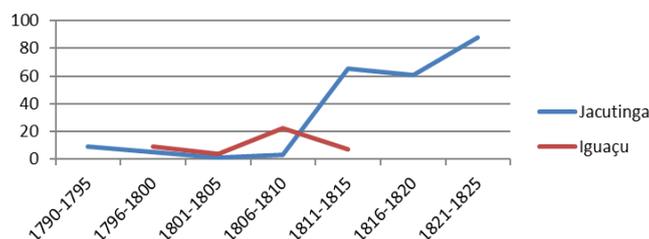


Gráfico 1: Entrada de escravos adultos (Iguaçu e Jacutinga, 1790-1825)
Fonte: ACDNI-Livros de Batismos de escravos de Iguaçu e Jacutinga, 1790-1807 e 1807-1825.

Globalmente, entraram 232 cativos adultos em Jacutinga e 42 em Iguaçu. O gráfico 1 permite-nos visualizar tais entradas quinquenalmente. É perceptível que o maior volume se dá a partir do quinquênio 1811-1815 e, depois de relativa estabilidade, acentua-se novamente nos

primeiros anos da década de 1820. Há que se ressaltar, entretanto, que a presença de escravos adultos em um livro de batismo, mesmo em números consideráveis, não nos permite aferir a quantidade de africanos, haja vista que parcela dos escravos recém-chegados, sobretudo da costa centro-ocidental, já saía de suas regiões batizados e com nomes cristãos, ou mesmo podiam ser batizados na cidade do Rio de Janeiro, antes da venda. Ou seja, como asseveraram Francisco Vidal Luna e Iraci Del Nero da Costa, o peso da presença africana no conjunto da população escrava é muito maior do que os batismos de adultos apontam (LUNA; COSTA, 2009). Em razão disso, através dos mesmos livros de batismo, busquei as mães e pais de procedência africana e crioula, para, desta forma, mensurar, mesmo que de maneira frágil, a porcentagem de africanos no conjunto populacional; em seguida compará-las às crioulas.

Freguesia	Período	N°	Pai		Mãe		#			
			Brasil	África	Brasil	África	África %		Brasil %	
Jacutinga	1790-1807	2.207	369	374	851	613	987	44.7	1.220	55.3
	1807-1825	2.015	355	157	951	552	709	35.2	1.306	64.8
Iguaçu	1796-1813	1.716	485	14	1.175	42	56	3.3	1.660	96.7

Quadro 5: Naturalidade e procedência dos pais escravos (Iguaçu e Jacutinga, 1790-1825)

Fontes: ACDNI-Livro de Batismo de Piedade de Iguaçu, 1796-1813; Livro de batismo de santo Antônio de Jacutinga, 1790-1825.

Conforme se vê no quadro 5, não são desprezíveis os percentuais de genitores africanos nos dois livros de Jacutinga: 44,7% e 35,2% respectivamente. Ao passo que no livro de batismo de Iguaçu há somente 3,3%. Se observarmos os batismos realizados divididos por quinquênios, em Jacutinga nunca menos do que 29% dos cerimoniais tiveram mães de procedência africana, como demonstra o gráfico 2. Considerando que as fontes paroquiais, especialmente de batismo, abarcavam praticamente toda a população, conclui-se que era pujante a presença africana no Recôncavo da Guanabara.

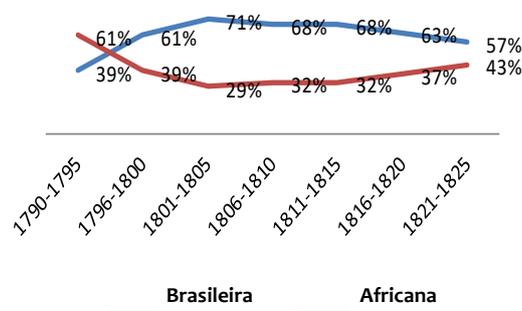


Gráfico 2: Naturalidade das mães dos batizados (Jacutinga, 1790-1825).
 Fonte: ACDNI-Livros de batismo de Jacutinga entre os anos de 1790-1825.

A título de exemplo, e ressaltando as peculiaridades econômicas das localidades mencionadas, em São José dos Pinhais, à época parte da província de São Paulo, em 1772, 1804 e

1830, respectivamente, 15%, 11,5% e 10,2% da população eram escravas (MACHADO, 2008). Em Porto Feliz, região agroexportadora do interior paulista, em 1803 e 1829, 32% e 51,3%, respectivamente, eram compostas por escravos (GUEDES, 2005). Ressalva-se que Roberto Guedes e Cacilda Machado mencionam a população escrava no sentido *lato*, ou seja, não só de africanos, como apresento em Jacutinga. Em Vila Rica, em 1804, 40,8% dos escravos eram africanos (LUNA; COSTA, 2009); assim como, no mesmo ano, no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista, Hebert Klein e Francisco Vidal Luna encontraram, respectivamente, com base em censos populacionais, 34,0% e 37,1% de escravos africanos (KLEIN; LUNA, 2009).

Em áreas rurais do Rio de Janeiro, entre 1810-1830, José Roberto Góes estimou, com base principalmente em inventários *post-mortem*, que 59% da população escrava procedia de África (GÓES, 1998). Recentemente, Ana Paula Rodrigues sustentou que 60% dos cativos dos engenhos de Jacutinga também o eram (RODRIGUES, 2013), assim como Nielson Bezerra que, em 45 inventários de senhores do Recôncavo da Guanabara, especialmente de Iguaçu, Jacutinga e Pilar, asseverou que 63,7% eram africanos (BEZERRA, 2010). Enfim, as linhas acima nos permitem concluir que, se comparadas as outras localidades, os percentuais de escravos de procedência africana em Jacutinga eram elevados, sobretudo se considerarmos que esta freguesia tinha sua economia calcada não só em produtos de grande exportação, como a cana de açúcar, mas também na produção de alimentos, já que se afirmou que em tais localidades a presença africana era menor (BACELLAR, 2000).

Por outro lado, em Iguaçu, no livro de batismo apurado, como consta no quadro 5, apenas 3% de sua população escrava era formada por africanos e, como já assinalado, não se sabe se há livro que dê conta do período entre 1813-1825, como em Jacutinga. Há, pois, uma indagação: seria tão diminuta assim a população africana de Iguaçu? Podemos afirmar que não, posto que muitos cativos de procedência africana, mas antigos na localidade, eram inscritos nas atas paroquiais “Sem Identificação de Qualidade e Procedência” (SIQP) (PEIXOTO, 2019). Assim, a fim de sanar esta lacuna e elucidar dúvidas, operamos com os testamentos anexados ao livro de óbito de Piedade de Iguaçu entre 1817-1831. Nele há 29 testamentos anexados e 125 cativos arrolados; sendo 31 (24,8%) de procedência africana. Dito de outro modo, já que os testamentos asseguram maior percentual de africanos, o menor percentual deles no livro de batismo de escravos deve-se à maneira que os párocos os registravam.

Como amostra, cito o caso de Domingos Francisco de Paiva, que preparou testamento em 1821 e listou seus escravos: “Luiz Angola, Antônio Cabinda, Antônio Pequeno, Angola, Daniel

Angola, Antônio Moçambique, Antônio Angola, Mateus Angola, João Angola, Tereza Angola, Maria Benguela e Anna Angola”. Assim também fez Luiza Rosa de Jesus, que em fevereiro de 1825, ao testar, disse ter cinco cativos. Entre eles, duas de procedência africana: Catarina Conga e Maria Benguela (ACDNI-LOPI, 1817-1831). Não diferente ocorreu com Domingas Maria do Espírito Santo, já que em 27 de outubro de 1824, ao preparar suas últimas vontades, disse ser senhora de cinco cativos: Manoel de Nação, Joana de Nação, Maria de Nação, Felipa Crioula e Catharina de Nação (ACDNI-LOPI, 1817-1831). Nota-se que predominava na escravaria de Domingas o elemento africano. Aliás, antes que se esqueça, frisa-se que Domingas exportava farinha de mandioca e sua trajetória corrobora o que fora aludido, qual seja: que a localidade mesmo produzindo alimentos, o que poderia sugerir menor capacidade de aquisição de mão de obra africana, tinha alto percentual de africanos. É notório, portanto, que a população escrava, especialmente africana, era bem representada entre os fregueses em Piedade de Iguaçu e, principalmente, Jacutinga.

Outros estrangeiros: não só de africanos vivia Iguaçu e Jacutinga

Não só africanos viveram em Iguaçu e Jacutinga. Outros estrangeiros firmaram residência e construíram famílias naquelas paragens. Em 8 de janeiro de 1823, no oratório de Antônio Fernandes de Brito, o vigário da freguesia de Jacutinga, Mariano José de Mendonça, celebrou o enlace matrimonial de Antônio Pereira, procedente da China e filho “de pais infiéis”, com Antônia Joaquina, filha legítima de Miguel do Espírito Santo, índio, e de Maria Rosa, parda livre (ACDNI-LCLJ, 1795-1834), um exemplo formidável de mestiçagem nesta localidade. O missionário metodista Daniel Kidder, em navegações pelos portos do Recôncavo da Guanabara, ao passar pela vila de Macacu cedeu vaga a dois irmãos portugueses que viviam em Iguaçu: Diogo e Manuel (KIDDER, 2001). Por sua vez, Antônio José da Silva, testemunha na ação de liberdade proposta pelos cativos Carolina e Antônio, contra Maria Roza do Espírito Santo, disse que a carta de liberdade dos autores fora lavrada por um “guarda livro”, do porto do Brejo, chamado “Breton”, que “era inglês ou espanhol” (ANRJ-STJ-BU-RCI, 1860-1863).

Estes exemplos indicam-nos que os fregueses eram familiarizados com pessoas oriundas de outras nações. Além disso, corroboram o que a historiografia vem vaticinando sobre os múltiplos perfis da população do Rio de Janeiro do início do século XIX, especialmente depois da abertura dos portos (RIBEIRO, 1997; MALERBA, 1999), assim como constata que a mudança no perfil da população não se resumiu à cidade/corte, abarcou todo o Recôncavo da Guanabara, já

que no período em tela, além de africanos, entraram no Rio de Janeiro muitos europeus, e mesmo asiáticos.

Estima-se que meio milhão de imigrantes reinóis desembarcaram na América portuguesa até 1808 (BRETTEL, 1991; SCOTT, 1999) e calcula-se que 24 mil portugueses e 4 mil de outras nações, entraram na cidade entre 1808 e 1822 (RUSSEL-WOOD, 2005). A imigração era pregada como o caminho para o sucesso da nação, como incentivos eram dados animais, sementes e dinheiro para o estabelecimento de imigrantes (RIBEIRO, 1997). No caso específico dos portugueses, a conjuntura política da década de 1820 favorecia até mesmo na naturalização, já que à época da independência, portugueses que jurassem a constituição e a causa, seriam naturalizados, posto que ser português ou ser brasileiro era uma construção política (RIBEIRO, 1997).

Os estrangeiros chegaram a 21,01% da população do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX. No censo de 1834, o número total encontrado no mapa geral da cidade era de 3.701 portugueses, 549 franceses, 500 ingleses e 1.000 de diferentes nacionalidades. No entanto, Gladys Ribeiro ressalta que estes percentuais devem ser muito maiores, uma vez que boa parte dos estrangeiros tinha situação irregular e sofria risco de extradição caso revelasse (RIBEIRO, 1997). A maior parte dos imigrantes portugueses que chegavam ao Rio de Janeiro era do norte de Portugal: Douro e Minho. Em seguida os nascidos na Estremadura e nas ilhas portuguesas; poucos eram de Trás-os-Montes, da Beira e do Alentejo (RIBEIRO, 1997). Na cidade, a maior concentração deles estava nas freguesias da Candelária, São José, Santa Rita, Sacramento e Santana, respectivamente (RIBEIRO, 1997).

Fora da Corte e das chamadas freguesias rurais da corte, de acordo com Gladys Ribeiro, Iguazu e Pilar eram os destinos mais escolhidos. Em 1825, 4,5% dos imigrantes que saíam para áreas rurais fora da Corte dirigiam-se para as duas freguesias. Assim, respectivamente, 18,8% e 0% em 1826; 4,2% e 16,7% em 1827; 23,1% e 7,7% em 1828; 9,3% e 2,3% em 1829, e 14,3% e 0% em 1830. Em 1831, 8,8% dos imigrantes lusos que chegaram foram viver em Jacutinga (RIBEIRO, 1997). Desnecessário ressaltar que estes percentuais, alguns deles aparentemente baixos, em Jacutinga e Iguazu, por serem menores se comparadas com a população da Corte, ganhavam outra proporção localmente. Enfim, era real a presença de imigrantes, especialmente portugueses, nas duas localidades, onde construíram famílias e, conseqüentemente, estabeleceram alianças. Os testamentos redigidos nas duas freguesias entre fins do século XVIII e meados do XIX dão-nos testemunho da presença portuguesa. Dos 125 testamentos, em 67 há menção à naturalidade: 43

em Iguazu e 24 em Jacutinga. Em Jacutinga, 25% dos testadores eram portugueses, e 23,5% em Iguazu.

Para melhor averiguarmos algumas facetas destes imigrantes, também manipulei os livros de casamentos de Iguazu e Jacutinga. Antes de prosseguirmos, no entanto, é necessário fazer algumas ressalvas. Trabalhar com livros de casamento para mapear os estrangeiros, imputa-nos a perda de parcela da população que não sacramentava suas uniões. O ideal seria operarmos com os livros de batismo de livres, como outros pesquisadores já fizeram e/ou utilizarmos os dois livros (HAMEISTER, 2006). No entanto, em Iguazu e Jacutinga, especialmente no século XIX, os párocos pouco anotaram a procedência dos pais livres no livro de batismo, o que dificulta o uso de tal *corpus* documental para este fim.

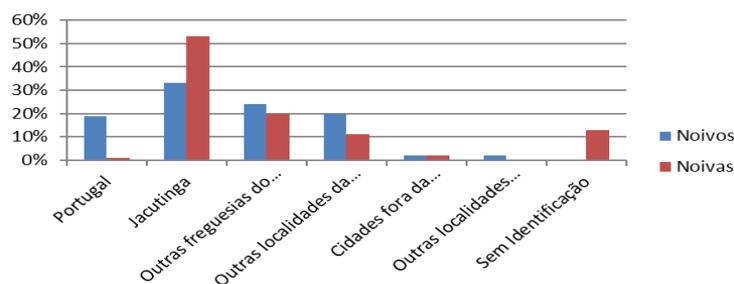


Gráfico 3: Origem dos noivos e noivas (Jacutinga, 1795-1834).
Fonte: ACDNI - Livros de casamento da freguesia de Jacutinga, 1795-1834.

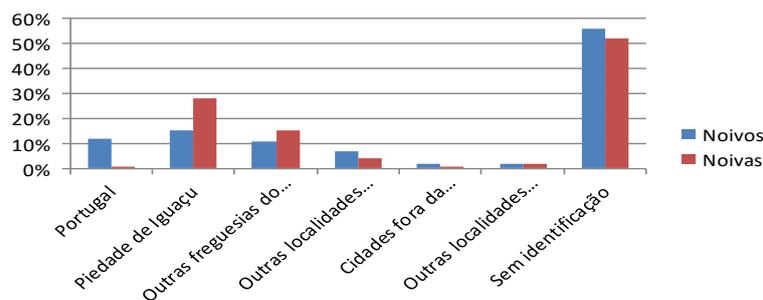


Gráfico 4: Origem dos noivos e noivas (Iguazu, 1787-1829).
Fonte: Livro de casamento de Piedade de Iguazu, 1757-1829-ACDNI.³

Os gráficos 3 e 4 demonstram que, globalmente, os portugueses representavam 11% dos noivos de Iguazu e 19% de Jacutinga, enquanto os demais estrangeiros não passavam de 2% nas duas localidades, incluídos espanhóis, ingleses e chineses. Jacutinga e Iguazu, portanto, corroboram a tese da supremacia portuguesa no que tange à população estrangeira. Em Inhaúma, por exemplo, trabalhando com livro de batismo do período entre 1807 e 1841, que contempla quase toda a população da localidade, Manolo Florentino e Cacilda Machado concluíram que em

³ Para compará-lo ao de Jacutinga, selecionei os matrimônios a partir de 1787.

torno de 15% dos pais livres eram portugueses (FLORENTINO; MACHADO). Em Paracatu, noroeste mineiro, também por livros de batismo, Renato Pinto Venâncio encontrou, para o ano de 1775, 24,7% de pais vindos de Portugal (VENÂNCIO, 1998). Em São Gonçalo, no Recôncavo da Guanabara, entre 1806-1814, Roberto Guedes destacou que 34,7% dos batizados tinham pais portugueses (GUEDES, 2013). Há que se destacar, contudo, que estes autores trabalharam com livros de batismo que abarcavam a população quase na sua totalidade. Sendo assim, os percentuais encontrados em Jacutinga, ou mesmo em Iguaçu, devem ser vistos de maneira diferente, já que podem ser apenas o indício de uma maior população.

Por outro lado, percebe-se a pouca presença de noivas de além-mar nos livros em tela, 1%, tanto em Jacutinga como em Iguaçu, compreensível, já que pouco se casavam com homens brasileiros (FLORENTINO; MACHADO, 2005). A parca frequência delas nos consórcios do Recôncavo da Guanabara reforça matéria já evidenciada pela historiografia, qual seja: um ambiente propenso à mestiçagem, posto que estes homens, forçosamente, tinham que escolher outras mulheres para seus enlaces que não fossem suas compatriotas, sendo que muitos vieram para a América ainda novos, antes de terem contraído núpcias (ALMEIDA, 2010). Em Jacutinga, por exemplo, 11,8% dos casamentos de portugueses foram com pardas e os demais com mulheres nascidas em Jacutinga ou em outras freguesias da província. Em Iguaçu, por seu lado, 7,5% dos casamentos de portugueses foram com pardas e/ou pretas, e os demais com mulheres da própria província.

Os percentuais estão de acordo com o encontrado por Manolo Florentino e Cacilda Machado em Inhaúma, já que lá, 10% dos portugueses eram casados ou viviam com mulheres pretas ou pardas (FLORENTINO; MACHADO, 2005). Ao que se nota, portanto, os lusos não se constrangiam em se relacionar com as pardas, mesmo porque muitos deles eram pobres fugindo de guerras europeias e buscavam estabilizar-se na localidade. Tais fatos corroboram o que asseveram Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, quando destacaram a adaptabilidade dos portugueses e sua propensão aos relacionamentos sexuais com outros povos como fatores cruciais para o sucesso da colonização (FREYRE, 2005; HOLANDA, 2006).

Mais de 80% dos imigrantes portugueses de Iguaçu e Jacutinga eram provenientes do norte de Portugal e das ilhas atlânticas, e geralmente migravam estimulados por solidariedade familiar e acolhimento de parentes mais antigos na região (KLEIN, 1989). Tais migrações, além do apoio do governo brasileiro, como vimos, eram motivadas pelo sistema sucessório português, visto que para não fragmentar o patrimônio, apenas um herdeiro deveria manter e zelar pela

estabilidade da terra, ao passo que os outros permaneceriam sob autoridade do herdeiro favorecido com a transmissão da propriedade. Segundo Ana Scott, esta foi uma das principais razões da migração minhota para o Brasil, posto que o herdeiro não favorecido, para não ficar sob a ordem do irmão escolhido, migrava (SCOTT, 1999).

Chama atenção também, em Jacutinga, o percentual de 33,3% de noivos e 53% de noivas nascidos na localidade. Isto é, fregueses que, no mínimo, faziam parte da segunda geração familiar vivendo no mesmo local. Se acrescentarmos a eles os habitantes de outras freguesias vizinhas, como Iguaçu, Pilar e Marapicu, estes números tendem a aumentar. Em Iguaçu, diferente de Jacutinga, apenas 14% dos noivos foram inscritos como “natural desta freguesia”, mas as noivas da mesma localidade representam 28% das casadas. Por mais que demograficamente os percentuais de Iguaçu não possam ser menosprezados, estão aquém dos números de Jacutinga. Iguaçu também apresenta alto percentual de noivos, 53%, mas o pároco não anotou a naturalidade. Pode ser que muitos deles fossem habitantes antigos da freguesia, como Francisco Barbosa de Sá Leite e Antônio Lopes Pimenta, ambos moradores antigos de Piedade de Iguaçu, que não tiveram suas origens e/ou procedência assinalados, ou mesmo forasteiros, que os padres não sabiam de onde vinham (ACDNI-LCPI, 1787-1829).

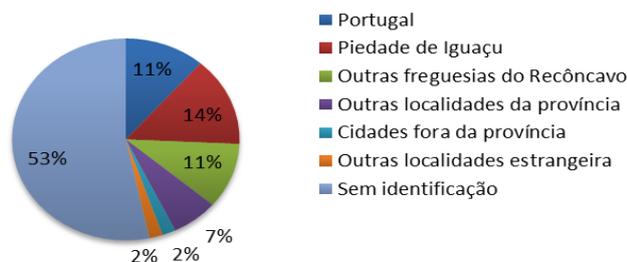


Gráfico 5: Origem dos noivos (Iguaçu, 1787-1829).
Fonte: ACDNI - Livro de casamento de livres da freguesia de Piedade de Iguaçu, 1787-1829.

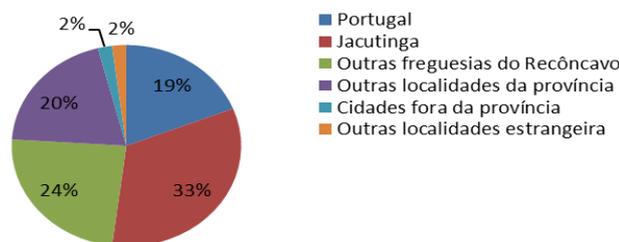


Gráfico 6: Origem dos noivos (Jacutinga, 1795-1834).
Fonte: ACDNI - Livro de casamento de livres da freguesia de Jacutinga, 1795-1834.

É possível perceber também que ambas as freguesias eram receptivas e/ou ofereciam atrativos àqueles que vinham de fora, já que em Jacutinga, por exemplo, 20,6% dos noivos eram

originários de fora do Recôncavo da Guanabara, como Saquarema, Cabo Frio ou mesmo freguesias da Corte. Por outro lado, por mais que Iguaçu apresente apenas 7% de noivos de freguesias fora do Recôncavo da Guanabara, tais números parecem suspeitos, já que para 56% dos noivos e 52% das noivas não há identificação do local de origem.

É possível concluir, portanto, que nas duas freguesias, em razão da localização geográfica, da capacidade econômica e da frequente entrada de estrangeiros, se formou um ambiente mestiço, como Cidade do México, Lima, Buenos Aires, São Pedro de Chollula, Minas Gerais, e alhures (GRUZINSKI, 2001; AIZPURU, 2013; PAIVA, 2015). Mas, cabe a indagação: em que se ocupava toda essa gente?

Das ocupações de cativos e não-cativos: da segunda metade do XVIII às primeiras décadas do XIX

Para dar conta das ocupações de livres e escravos, recorri às estatísticas do Marquês do Lavradio para os anos de 1769 e 1779, às visitas pastorais de Monsenhor Pizarro da década de 1790, aos testamentos referentes ao período de 1785 e 1840, e à lista nominativa do distrito de Guaratiba (1797), além dos viajantes que passaram pelas duas localidades, obviamente. Na estatística realizada pelo governo do Marquês de Lavradio, na segunda metade do século XVIII, constatou-se que a quantidade de engenhos e as produções de açúcar e aguardente e a mão de obra escrava eram as seguintes:

Freguesias	Engenhos	P. açúcar	Aguardente	Escravos
Meriti	11	94 caixas	56 pipas e meia	330
Pilar	1 e 3 engenhocas	40 caixas	17 pipas	74
Jacutinga	07	163 caixas	77 pipas e meia	236
Marapicu	04	152 caixas	76 pipas	270
P. Iguaçu	02	Não consta	30 pipas	70
Total	25	449 caixas	257 pipas	980

Quadro 5: Engenhos, escravos e produção agrícola (1779-89).
Fonte: RIHGB, tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 320-324.

Percebe-se que havia dois engenhos e 70 escravos em Iguaçu, e sete com 236 escravos em Jacutinga, isso entre 1779 e 1789. Quando cruzamos o número de escravos registrados nas memórias públicas endereçadas ao vice-rei Luiz de Vasconcelos, 2.138 em Jacutinga e 1.219 em Iguaçu, conforme quadro 1, com a população escrava das duas freguesias no quadro em tela, nota-se que os escravos que trabalhavam nos engenhos de açúcar correspondiam apenas a 11,2% do total em Jacutinga e 5,7% em Iguaçu. Neste caso, além de perguntarmos onde se ocupava a

população escrava de Jacutinga e Iguaçu, cabe outra indagação: onde estava empenhado o restante dos escravos? Certamente, parte considerável na produção de alimentos.

Isto é comprovado através das estatísticas, também levantadas pelo governo do Marquês do Lavradio, no qual a mandioca e o arroz se destacam, dos inventários *post-mortem* e testamentos (BEZERRA, 2010; RODRIGUES, 2013; PEIXOTO, 2015), e de outras autoridades que visitaram o Recôncavo da Guanabara, como Monsenhor Pizarro (ARAÚJO, 2008).

Freguesias	Farinha	Feijão	Milho	Arroz	Total
Marapicu	120	480	180	1.500	2.280
Jacutinga	20.000	600	600	6.000	27.200
Meriti	800	140	145	390	1.475
Piedade	8.000	200	240	6.000	14.440
Pilar	13.000	100	450	2.500	16.050

Quadro 6: Produção (anual) de alimentos das freguesias das cercanias da Guanabara (1769-1779) (por alqueires).⁴
Fonte: RIHGB, tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 320-324.

Para melhor aferirmos a importância da produção agrícola na dinâmica socioeconômica das duas freguesias, uma vez mais manipulei a lista nominativa de 1797. A partir dela confeccionei os três próximos quadros: principais gêneros plantados, produção, e gêneros exportados. Acredito que, deste modo, seja possível apreender o nexo de vida econômica dos habitantes e outras nuances sobre suas ocupações.

Jacutinga		Iguaçu		Total
	Nº		Nº	#
Carros de cana	742	Carros de cana	226	968
Feixe de rama	6.215	Feixe de rama	13.128	19.343
Quartéis de feijão	236	Quartéis de feijão	20	256
Quartéis de milho	103	Quartéis de milho	20	123
Quartéis de arroz	395	Quartéis de arroz	853	1.248
Quartéis de s. de anil	14	Quartéis de s. de anil	16	30

Quadro 7: Gênero plantado segundo a lista nominativa de 1797, Iguaçu e Jacutinga
Fonte: AHU: Lista nominativa do distrito de Guaratiba, 1797, cx. 163, doc. 12203.

Do total de 294 chefes de domicílio em Jacutinga e 247 em Iguaçu, apenas 2, que corresponde a 0,6% em Jacutinga, foram inscritos com um tipo de ocupação específica: “um” cirurgião e “um” taberneiro. Em Iguaçu, por outro lado, 27, equivalente a 10,9% dos chefes de fogos foram registrados com ocupações como taberneiro (essa em maior quantidade), negociante, jornaleiro, cirurgião, botica, alfaiates, barqueiro etc. Nota-se, portanto, mesmo se

⁴ Antiga unidade de medida de capacidade, equivalente a quatro quartas, ou 36,27 litros.

ressalvamos a natureza da fonte, o que poderia nos induzir ao erro de acreditarmos na pouca representatividade de ocupações específicas nas duas freguesias, que o maior percentual da população livre não tinha um ofício específico, o que sugere que “viviam de lavoura”. O quadro 7 nos auxilia neste sentido, já que através dele é possível aferir, realmente, pelo número de gêneros plantados e menor quantidade de ofícios na lista aludida, que a população, em sua grande maioria, era formada por lavradores, mesmo que a lista não explicita. Cita-se como exemplo Domingos da Silva Brandão, morador de Iguaçu, que na lista consta sem ocupação, mas em seu testamento diz “viver de lavoura”, assim como Agostinho de Souza e João Dias Machado, ambos de Jacutinga, e José Álvares, padre, residente em Iguaçu (ACDNI-LOPI, 1778-1799; AHU-LNG, 1797; ANRJ-STJ-BU-RCI, 2016; ANRJ-JOA, 1800; ARAÚJO, 2008).

Apesar dos pequenos percentuais de ocupações específicas nas duas freguesias, nota-se sensível diferença entre Iguaçu e Jacutinga, visto que há mais fregueses com ocupação especializada na primeira. A fonte em questão, portanto, atesta o que salientara o botânico Saint-Hilaire quando passou pelas duas freguesias no início da década de 1820 e observou que Iguaçu possuía mais vendas, e se “aproximando de Jacutinga, diminuem os comércios” (SAINT-HILAIRE, 1974). Dito de outro modo, Jacutinga era “mais rural” do que Iguaçu. Talvez uma das possíveis explicações seja pela localização das duas freguesias, já que, não obstante Jacutinga exportasse sua produção por seis portos, e Iguaçu apenas por “um”, o porto de Iguaçu era um dos mais importantes do Recôncavo da Guanabara, passagem obrigatória de muitas rotas fluviais que ligavam o interior à cidade do Rio de Janeiro. Quiçá isso tenha fomentado atividades mercantis em sua volta, exemplo é que dos onze chefes de família listados como taberneiros em Iguaçu, todos residiam próximo ao porto.

Peso e medida	Jacutinga	Peso e medida	Iguaçu	#
Arroba de açúcar	9.575	Arroba de açúcar	924	10.499
Alqueire de farinha	14.663	Alqueire de farinha	21.823	36.486
Alqueire de feijão	1.102	Alqueire de feijão	1.174	2.276
Alqueire de milho	573	Alqueire de milho	679	1.252
Alqueire de arroz	2.292	Alqueire de arroz	5.281	7.573
Libras de anil	328	Libras de anil	288	616
Libras de café	2.368	Libras de café	1.960	4.328

Quadro 8: Produção agrícola de Iguaçu e Jacutinga, segunda a lista de 1797⁵
Fonte: AHU: Lista nominativa do distrito de Guaratiba, 1797, cx. 163, doc. 12203.

⁵ Para melhor compreensão do leitor, coloquei aqui a conversão dos pesos e medidas dos produtos dos quadros 12 e 13: cada arroba correspondia a 14,745 kg; cada alqueire, medida para grãos e secos e molhados a 36,27 litros; cada libra a 0,460080 kg.

No que tange às produções agrícolas, não obstante as especificidades de cada gênero, frisa-se que mandioca (feixe de rama), cana, arroz e café eram os mais plantados e, conseqüentemente, mais produzidos. A produção de mandioca tem sido objeto de pesquisa (DEMÉTRIO, 2008; BEZERRA, 2010), mas pouca atenção fora dada à de arroz. Geograficamente, o Recôncavo da Guanabara, sobretudo as duas freguesias, possuíam terras propícias ao plantio da gramínea. No relatório do Marques do Lavradio, para os anos de 1769 a 1779, entre os alimentos o arroz é a segunda maior produção em Iguaçu e em Jacutinga ocupa 6.000 alqueires, atrás apenas da farinha. É possível que com o avançar do século XIX a cultura tenha recrudescido.

Uma edição do *Jornal do Comércio* de 1837 anunciava a venda de terras da Fazenda Conceição, próxima ao rio Iguaçu, salientando que era própria para o plantio do arroz e da mandioca (BNRJ-HD-JC, 1837). Em 1838, o mesmo jornal oferecia uma fazenda no Babi, freguesia de Jacutinga, “que dava muito arroz e mandioca”. O dono ainda fez questão de salientar que a venda era por motivos particulares que “explicaria” ao comprador, e não pela fazenda e sua produção (BNRJ-HD-JC, 1840). Presume-se, portanto, que a produção de arroz, junto com a farinha de mandioca, açúcar e café, foram os meios de ocupação de livres, libertos e escravos nas freguesias iguaçuanas da virada do século XVIII para o XIX. Frisa-se, a propósito, que nem sempre a produção estava associada à exportação.

Peso e medida	Jacutinga	Peso e medida	Iguaçu	#
Arroba de açúcar	8.959	Arroba de açúcar	924	9.883
Alqueire de farinha	5.627	Alqueire de farinha	14.023	19.650
Alqueire de feijão	85	Alqueire de feijão	11	96
Alqueire de milho	69	Alqueire de milho	24	93
Alqueire de arroz	1.351	Alqueire de arroz	4.166	5.517
Libra de anil	325	Libra de anil	300	625
Libra de café	2.072	Libra de café	1.960	4.032
Pipa de aguardente	1.777	Pipa de aguardente	26	1.803

Quadro 9: Exportações de Iguaçu e Jacutinga, segundo a lista nominativa de 1797
Fonte: Lista nominativa do distrito de Guaratiba, 1797, cx. 163, Doc. 12203.

O quadro 9 nos ajuda perceber isso ao constar os produtos mais exportados. As informações do quadro ao serem cruzadas com o quadro 8 possibilita-nos cotejar produção com exportação. Tal engenharia tem como uma das finalidades, além de obviamente externar os produtos mais exportados e consumidos, entrever como isso poderia interferir no modo de vida da população e nas hierarquias locais, posto que a posição social muitas vezes era definida

localmente, e exportar poderia conferir maior capacidade econômica e, por conseguinte, *status* social.

Em Jacutinga, na relação entre produção e exportação, percentualmente, as maiores exportações eram de anil (99,1%), açúcar (93,5%), café (75%), arroz (58,9%) e farinha (38,4%). Seguindo a mesma lógica, em Iguaçu era açúcar (100%), café (100%), anil (100%),⁶ arroz (78,9%) e farinha (64,2%). Milho e feijão, portanto, ao que se nota, eram cultivados muito mais para o consumo do que para a exportação. Cabe ressaltar, contudo, que os percentuais não podem ser apreendidos como prova *sine qua non* de exportações, já que esta poderia ser efetuada entre as próprias freguesias do recôncavo ou vendida localmente. Como exemplo cito o feijão, posto que as duas freguesias produziram 2.276 alqueires e exportaram apenas 96. É pouco crível que mais de dois mil alqueires de feijão fossem para consumo próprio. Aliás, em Jacutinga tinha um porto chamado “do feijão”, o que reforça nosso argumento.

No que tange ao anil, mesmo sendo sua produção toda para a exportação, seu impacto econômico era pequeno porque a quantidade era ínfima se comparado aos outros gêneros. Mas, entre fins do século XVIII e 1807, a conjuntura internacional para a produção de anil era favorável, já que os principais concorrentes estavam com suas produções sendo substituídas por outras ou praticamente paradas devido à guerra e/ou revoltas (PESAVENTO, 2006). O anil fluminense era destinado, preferencialmente, a Portugal. Apesar de reconhecermos a pouca quantidade do produto, nota-se que os fregueses do Recôncavo da Guanabara estavam em sintonia com os anseios econômicos do mundo e mesmo do reino.

Junto com o anil, as maiores exportações em Jacutinga e em Iguaçu eram o açúcar e o café, este último especialmente em Iguaçu, como apresentado no quadro 9. O lucro anual das exportações de todos os produtos em Jacutinga foi de 37: 136.120 réis, e o de Iguaçu, 12: 096.220 réis. Dentre os 15 senhores com os maiores lucros anuais em Jacutinga, excedendo “um conto de réis”, excluídos os beneditinos, que exportavam tijolos e telhas, todos os outros tinham no açúcar seu principal produto de exportação, ainda que alguns poucos conjugassem ora com o arroz, ora com a farinha. Em Iguaçu, apenas um senhor excedeu o lucro anual de “um conto” de réis, José do Egito Bastos, exportando somente açúcar. Muitos outros que não atingiram o lucro anual indicado exportavam cana conjugada com farinha e arroz. Constata-se, portanto, que a “elite” das duas freguesias voltava-se, quase exclusivamente, para o beneficiamento da cana de

⁶ Neste caso há diferença entre produção e exportação, já que, curiosamente, a segunda foi maior que a primeira. Possivelmente se deve a um erro de quem fez a lista ou, quem sabe, a sobra de um ano anterior fez com que no ano de 1797 a exportação fosse maior do que a produção.

açúcar, ao passo que o grosso dos habitantes, ao que tudo indica, não conseguia exportar tal produto. Talvez isso ocorra em razão da dificuldade da montagem de um engenho de açúcar, já que era muito mais custoso do que montar uma lavoura de alimentos. Presume-se, assim, que havia uma seletividade natural na produção agrícola do Recôncavo da Guanabara.

No que diz respeito ao arroz e à farinha de mandioca, há que se destacar que, mesmo não apresentando percentual de exportação comparado ao da cana, são números mais que elevados: 58,9% (arroz) e 38,4% (farinha) em Jacutinga; e 78,9 % (arroz) e 64,2% (farinha) em Iguaçu. Em quantidade, Iguaçu tinha, na farinha, seu principal produto de exportação, conforme quadro 9, ao passo que em Jacutinga a farinha somente perdia para o açúcar. Pelo exposto, os “grandes senhores” de Jacutinga e Iguaçu atentavam muito mais para o cultivo e exportação da cana de açúcar, e as demais “lavouras” eram mais acessíveis aos “pequenos senhores”, entre os quais egressos do cativeiro. Mas a produção de alimento não deve ser vista apenas como meio de subsistência, já que muitos indivíduos conseguiam ascender socialmente através dela. O baixo custo da agricultura possibilitava a homens livres pobres viver como lavradores (SAMPAIO, 2003). Deste modo, se o acesso à lavoura, produção e exportação de alimentos, especialmente farinha e arroz, era possível a escravos e egressos do cativeiro e, conseqüentemente, tinham oportunidade de moverem-se socialmente através dela, Iguaçu e Jacutinga não estavam cindidas entre ricos e pobres.

Referências

AIZPURU, Pilar Gonzalbo. La Trampa de Las Castas. In: ALBERRO, Solange; AIZPURU, Pilar Gonzalbo. *La sociedade novahispana: estereótipos y realidades* (Orgs.). México, D.F: El Colegio de México, Centro de Estudios Historicos, 2013.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: Produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2010.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.

ARAUJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia, 1822.

_____. O Rio de Janeiro nas visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário de arte sacra fluminense. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008

BACELAR, Carlos Almeida Prado. *A escravidão miúda em São Paulo colonial*. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BERNAND, Carmen. *Negros esclavos e libres em las ciudades hispanoamericanas*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2001.

- BEZERRA, Nielson Rosa. *Mosaicos da Escravidão: Identidades africanas e conexões atlânticas no recôncavo da Guanabara (1780-1840)*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- BRAGA, Vitor Cabral. *Lugares para “bem morrer” no Recôncavo da Guanabara/RJ: irmandades, ritos e tensões na geografia da morte (c. 1800)*. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- BRETTELL, Caroline B. *Homens que partem, mulheres que esperam*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.
- CAVALCANTI, Nereu Ramos. O comércio de escravos novos no Rio setecentista. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- DEMETRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara. Séculos XVII e XVIII*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. Sobre minas, crioulo e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____.; GOÉS, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- _____.; MACHADO, Cacilda. *Migrantes portugueses, mestiçagem e alforrias no Rio de Janeiro imperial*. In: FLORENTINO, M. (org.) *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 50ª ed. São Paulo: Global Editora, 2005.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GÓES, Jose Roberto Pinto. *Escravos da Paciência: estudo sobre a obediência escrava no Rio de Janeiro (1790-1850)*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.
- GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1789 – c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.
- _____. *O vigário Pereira, as pardas forras, os portugueses e as famílias mestiças. Escravidão e vocabulário social de cor na Freguesia de São Gonçalo (Rio de Janeiro, período colonial tardio)*. In: FRAGOSO, João (org.) *História do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- KLEIN, Herbert S. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e início do XX. *Revista Brasileira de Estudos da População*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 17-37, 1989.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo – compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e de diversas províncias*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
- LARA, Sílvia Hunold. *Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. Algumas características do contingente de cativos em Minas Gerais. In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del da; KLEIN, Herbert S. (org.). *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP, 2009.

MACHADO, Cacilda. *A Trama das Vontades: negros pardos e brancos na produção da hierarquia social no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MALERBA, Jurandir. *O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da História do Brasil no século XIX*. Maringá: Eduem, 1999.

MARTINS FILHO, Enéas. Os três Caminhos para as Minas Gerais. *Anais do Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro*. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 171-211, 1965.

PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical do Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PEIXOTO, Moisés. *Mulheres escravas: alforria, trabalho e mobilidade social (Piedade de Iguazu e Santo Antônio de Jacutinga, Rio de Janeiro, 1780- 1870)*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais / Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

PEREIRA, Waldick. *Cana, Café & Laranja: História Econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV/SEEC-RJ, 1977.

PESAVENTO, Fábio. *Novas perspectivas sobre o comércio de anil no Rio de Janeiro colonial: 1749-1820*. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, 2006.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. O comércio de escravos e a elite baiana no período colonial. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos de Jucá; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (org.). *Conquistadores e negociantes: História das elites no Antigo regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

RODRIGUES, Ana Paula Souza. *Famílias, Casas e Engenhos: A preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade de Iguazu e Santo Antônio de Jacutinga, séculos XVII e XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2013.

ROWLAND, Roberto. A sombra da Corte: Representações do povo no Brasil oitocentista. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; FLECK, Eliane Cristina Deckmann (org.). *A Corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. *Magé na crise do escravismo. Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e produção social no noroeste português (século XVIII e XIX)*. Guimarães: NEPS - Universidade do Minho, 1999.

SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa*. 4ª ed. Lisboa: Livros Horizonte LTDA, 1982.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2014.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 81-82, 1998.

ZAMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1990.

Fontes

ANRJ - Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Inventário de Águeda Maria Francisca Malheiro, ano de 1847, cx. 1374 nº 25, galeria: A.

Juízo de Órfão e Ausentes, Inventário de João Dias Machado, ano de 1800, nº 5623, maço 308.

STJ-BU-RCI nº 2616, cx. 1613, anos de 1860-1863. Maria Roza do Espírito Santo e Carolina e Antônio. Supremo Tribunal de Justiça- BU. *Revista Cível-RCI*, anos de 1860-1863, nº 2616, cx. 1613, galeria: A.

BN - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano XI, nº 91, 25 de abril, 1837.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano XV, nº 237, 9 de setembro, 1840.

Arquivo do IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Memórias públicas e econômicas da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro para o uso do vice-rei Luiz de Vasconcelos, por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. RIHGB, tomo 47, 1884, p. 46-51.

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino.

Lista nominativa do distrito de Guaratiba, 1797, cx. 163, Doc. 12203.

ACDNI - Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu.

Livro de óbito de Piedade de Iguaçu, 1778-1798 - Testamentos de Domingas Cabral de Melo, Luiz Cabral e Domingos da Silva Brandão.

Livro de óbito de livres de Piedade de Iguaçu, 1817-1831 - Testamento de Domingos Francisco Paiva (1821); Testamento de Luiza Rosa de Jesus; Testamento de Domingas Maria do Espírito Santo.

Livro de casamento de livres de Santo Antônio de Jacutinga, 1795-1834).